

# “Queimem a bruxa” Operações midiáticas na cruzada moral contra a “ideologia de gênero” no Brasil

**MARLON SANTA MARIA DIAS**

*Universidade Comunitária da Região de Chapecó,  
Chapecó, Santa Catarina, Brasil*

**ALISSON MACHADO**

*Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria,  
Rio Grande do Sul, Brasil*

**ID 2551**

Recebido em  
**09/08/2021**

Aceito em  
**20/01/2022**

Este artigo examina operações midiáticas do acontecimento #ForaButler para compreender a fabricação da cruzada moral contra a “ideologia de gênero” no Brasil. O objetivo é refletir sobre essas operações através dos rastros materializados nas redes. Realizam-se três movimentos metodológicos: contextualização da noção de “ideologia de gênero”, identificação do campo problemático do acontecimento e reconstrução das operações. A análise aponta que, na cruzada moral contemporânea, a condenação pública da bruxa e sua execução na fogueira operam na reconfiguração das arenas morais públicas, na necessidade de conversão de capitais morais e na velocidade de produção e circulação nas redes digitais.

**Palavras-chave:** Circulação. Redes digitais. Pânico moral. Judith Butler.

## “Burn the Witch”: Media Operations in the Moral Crusade Against “Gender Ideology” in Brazil

This article examines media operations of the #ForaButler event to understand the fabrication of the moral crusade against “gender ideology” in Brazil. The objective is to reflect on these operations through the traces materialized in the digital networks. The research includes three methodological movements: contextualization of the “gender ideology” notion, identification of the event problematic field, and reconstruction of operations. The analysis points out that, in the contemporary moral crusade, the public condemnation of the witch and her execution at the stake operate in the reconfiguration of public moral arenas, in the need to convert moral capitals and in the speed of production and circulation in digital networks.

**Keywords:** Circulation. Digital networks. Moral panic. Judith Butler.

## “Quemen a la bruja”: operaciones mediáticas en la cruzada moral contra la “ideología de género” en Brasil

Este artículo examina las operaciones mediáticas del acontecimiento #ForaButler para comprender la fabricación de la cruzada moral contra la “ideología de género” en Brasil. El objetivo es reflexionar sobre estas operaciones a través de las pistas materializadas en las redes. Se realizaron tres movimientos metodológicos: contextualización de la noción de “ideología de género”, identificación del campo problemático del acontecimiento y reconstrucción de operaciones. El análisis señala que, en la cruzada moral contemporánea, la condena pública de la bruja y su ejecución en la hoguera operan en la reconfiguración de los escenarios morales públicos, en la necesidad de convertir los capitales morales y en la velocidad de producción y circulación en redes digitales.

**Palabras clave:** Circulación. Redes digitales. Pánico moral. Judith Butler.

## Marlon Santa Maria **DIAS**

Doutor em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Professor da Escola de Comunicação e Criatividade da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

**E-mail:** marlon.smdias@gmail.com

### **ORCID**



## Alisson **MACHADO**

Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Professor no Curso de Pós-Graduação em Estudos de Gênero da mesma instituição.

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

### **ORCID**



## Introdução

Em novembro de 2017, o Sesc Pompeia, um dos principais centros culturais de São Paulo, realizou o seminário internacional Os Fins da Democracia.<sup>1</sup> Uma das palestrantes era a professora estadunidense Judith Butler, filósofa reconhecida, no Brasil, principalmente no campo dos estudos de gênero e da teoria *queer*. Na ocasião, ela lançou o seu então mais recente livro, *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*, e falou sobre os desafios da democracia. A visita de Butler foi marcada por uma intensa disputa política articulada nas redes digitais. Nas semanas que antecederam o seminário, organizou-se uma petição on-line no CitizenGo,<sup>2</sup> com mais de 370 mil assinaturas, pedindo o cancelamento do evento. Em torno da hashtag #ForaButler, orquestrou-se uma mobilização contrária à vinda da filósofa ao país. No dia do evento, a entrada do Sesc Pompeia tornou-se cenário de uma batalha campal entre manifestantes contrários e pró-Butler (BETIM, 2017).

Os cartazes do lado contrário anunciavam o teor do protesto: “menino nasce menino”, “mais princesas e príncipes, menos bruxa”, “a ideologia de gênero nas escolas destruirá a família”, “meus filhos, minhas regras”, “fora aberração”, entre outros. Pessoas com crucifixos, terços, bíblias e bandeiras do Brasil na mão bradavam contra o que denominam “ideologia de gênero”, acusando Butler de ser a criadora e propagadora desse conjunto de ideias. Rezando um Pai Nosso e aos gritos de “Queimem a bruxa!” e “Fora Butler!”, o grupo ateou fogo em uma efígie com as proporções de um corpo humano adulto, com vestes e chapéu pontudo pretos, sutiã rosa e com uma foto do rosto da filósofa na cabeça. A despeito desses protestos, o evento transcorreu como programado. No aeroporto, Butler voltou a ser alvo de hostilidade e violência – momento filmado e narrado pelos agressores, cujo vídeo atingiu ampla circulação nas redes digitais.<sup>3</sup>

Neste artigo, argumentamos que o protesto contra Butler integra o campo de uma cruzada moral contra a “ideologia de gênero”. Tais eventos não ocorreram de forma isolada: a batalha campal, o rito simbólico da fogueira e a perseguição da filósofa no aeroporto foram ações tecidas em embates midiático-discursivos (FAUSTO NETO, 2019), ou seja, por operações de produção de sentidos que propõem tanto formas de representação do Outro quanto estratégias de ação – modos de convocação, manifestação e ação. Esse trabalho enunciativo faz agir um conjunto de atores dispersos em circunstâncias sociais variadas que se adensam e complexificam o caso ao encontrarem um elo em comum, turbulento e efêmero: um inimigo a ser combatido. Ao mesmo tempo, tais ações dimensionam o acontecimento e suas reverberações.

Por isso, investigamos o acontecimento #ForaButler<sup>4</sup> pela perspectiva dos estudos de mídia, a partir da hipótese de que diferentes e singulares processos midiáticos afetam a natureza constitutiva dessa cruzada. Para tanto, examinamos um conjunto de operações midiáticas que agenciam a fabricação desse acontecimento. O objetivo central é refletir sobre os sentidos acionados por essas operações por meio dos rastros deixados na materialidade das redes digitais. Compreendemos as redes digitais como territórios midiático-comunicacionais, lugares de engendramento de acontecimentos contemporâneos e *lôcus* observacional de tensões sociais. Para investigar essa dinâmica, consideramos a noção de circulação, que refere não uma zona de passagem entre produção e reconhecimento, mas sim “um lugar de embates de várias ordens, produzidos por campos e atores sociais” que, ao se apropriarem de “processos tecno-enunciativos midiáticos”, visam “o acesso ao âmbito da circulação, para difusão de bandeiras ou manifestações de denúncias” (FAUSTO NETO, 2019, p. 58). Isto é, uma zona de investimento e negociação de sentidos e de disputas pela inteligibilidade do mundo social.

<sup>1</sup> Organizado pelo Convênio Internacional de Programas de Teoria Crítica (Universidade da Califórnia/Berkeley) e pelo Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Informações em: <<https://bit.ly/2TURJn6>>.

<sup>2</sup> Voltado a causas conservadoras, o site permite que uma mesma pessoa assine várias vezes uma mesma petição.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3aV1K8q>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

<sup>4</sup> O uso da hashtag na nomeação do acontecimento é proposital, para marcar o seu caráter digital.

Neste artigo, a ênfase na circulação é dada pelo que se evidencia nos ambientes digitais, embora considere produções de diferentes materialidades que, quando inscritas na atividade circulatória das redes, passam a compor o repertório indexado ao #ForaButler. De tal modo, essas operações funcionam no fluxo da comunicação midiática e emergem a partir da articulação entre as ofertas de sentido e as múltiplas apropriações discursivas. A noção de operação midiática aqui postulada conjuga duas ideias: a de operação enunciativa, relativa à reconstrução dos modos de enunciação que dão corpo a um discurso (VERÓN, 2005), e a de operação da imagem (EDER; KLONK, 2017), referente à capacidade operativa – e não meramente referencial e ilustrativa – da imagem, isto é, a imagem agencia acontecimentos e produz impactos. Toda operação da imagem é uma operação midiática, da mesma forma que operações midiáticas possuem um caráter performativo passível de reconstrução, tal qual uma operação enunciativa.

A investigação foi desenvolvida em três movimentos metodológicos: a) pesquisa bibliográfica para contextualizar a noção de “ideologia de gênero”; b) coleta do material empírico, realizada pelo método da perambulação nas redes (LEITÃO; GOMES, 2017) – observamos as redes digitais na semana que antecedeu o evento, seguimos os fluxos das *hashtags* relativas ao caso e colecionamos postagens, imagens, vídeos e matérias jornalísticas; e c) análise das operações. Com base nestes movimentos, organizamos o texto: a primeira parte apresenta uma breve discussão teórica sobre a noção de “ideologia de gênero”; a segunda identifica um campo problemático que configura a emergência do acontecimento; e a terceira reconstrói algumas das operações constitutivas do #ForaButler.

## A cruzada

A noção de “ideologia de gênero” coaduna um conjunto de reações a políticas de reconhecimento às diferenças de gênero e sexualidade. Estas reações possuem dimensão transnacional, manifestadas em todo o mundo e mais fortemente na Europa e na América Latina (CORRÊA, 2018). Pesquisas identificam que essa noção vem sendo gestada há mais de duas décadas (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; CORRÊA, 2018; MACHADO, 2018; MISKOLCI, 2018) – sua emergência ocorre após a IV Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres em Beijing (1995), quando se substituiu o termo “mulher” por “gênero”. Segue-se a isso uma reação de intelectuais laicos e lideranças religiosas católicas.

Dois textos fundacionais são os livros *Agenda de gênero: redefinindo igualdade*, da jornalista e militante antiaborto Dale O’Leary (1997), crítica à adoção da perspectiva de gênero para as políticas públicas adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU),<sup>5</sup> e *O sal da terra: cristianismo e Igreja Católica no novo milênio*, do então Cardeal Joseph Ratzinger (1997), atual Papa Emérito Bento XVI, no qual ele afirma a contradição entre o conceito de gênero e o catolicismo. Desenhou-se a partir de então uma “contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 726). Corrêa (2017) ressalta que a preocupação do Vaticano em relação ao uso do conceito de gênero tinha dois motivos centrais: a inserção das sexualidades dissidentes na agenda dos direitos humanos e a autonomia em relação a Roma do bloco de mais de 70 países do Sul Global. Por isso, a autora sinaliza o início de um deslocamento geopolítico para a América Latina das discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos.

<sup>5</sup> Ainda que não use o termo “ideologia de gênero”, mas sim “ideologia feminista radical”, encontram-se na obra de O’Leary os pressupostos do que mais tarde configuraria um discurso antigênero. A autora refere “gênero” (gender) como um rótulo negativo para as visões feministas, cuja posterior modulação conferiu ênfase à homossexualidade e à transexualidade (JUNQUEIRA, 2018).

O contexto latino-americano foi propício para o desenvolvimento de uma reação articulada contra o que se denominou “ideologia de gênero”, tendo como marco o Documento de Aparecida, resultado da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (2007). Ainda que a contraofensiva à ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos tenha se desenvolvido de modo particular em cada país latino, os autores identificam elementos comuns às diferentes realidades nacionais em que os debates sobre gênero e sexualidade ganharam relevância: “1. todas ocorreram a partir da virada do milênio; 2. emergiram em países que passaram a ter governos de esquerda; e 3. deflagraram-se em torno de reformas educacionais e legais” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 734).

A legalização das uniões entre pessoas do mesmo sexo na Argentina (2010) e no Brasil (2011) é ponto de inflexão para a consolidação do pânico moral<sup>6</sup> sobre a “ideologia de gênero” no continente (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Balieiro (2018) recorda que, à época do reconhecimento desse tipo de união pelo Supremo Tribunal Federal (STF), também estava em pauta na Comissão de Direitos Humanos do Senado brasileiro a discussão sobre o PLC 122/2006, que propunha a criminalização da homofobia – projeto de longa tramitação arquivado em 2017.<sup>7</sup> Nesse cenário, localiza-se uma das primeiras manifestações do pânico moral em reação aos avanços dessas políticas: a oposição de um grupo de parlamentares, sobretudo das chamadas “bancadas evangélica e católica”, a materiais didáticos elaborados para o Programa Escola sem Homofobia do Ministério da Educação.

Nesse grupo, destaca-se a figura do então deputado federal Jair Bolsonaro, que viria a ser eleito presidente da República em 2018. Em novembro de 2010, o parlamentar fez um discurso inflamado na Câmara dos Deputados<sup>8</sup> mentindo que o material didático seria distribuído nas escolas para estudantes de 7 anos de idade e distorcendo informações sobre seu conteúdo. Naquele momento, Bolsonaro já havia participado de programas de TV para falar sobre o assunto. Em maio de 2011, o deputado distribuiu panfletos<sup>9</sup> contra o material didático na Câmara, classificando-o como promoção do “homossexualismo” e “estímulo à pedofilia”.<sup>10</sup> Outros parlamentares se uniram a ele no combate ao “kit anti-homofobia”, pejorativamente apelidado pelos opositores de “kit gay”.

Embora afirmasse que seu governo lutava contra a homofobia, a presidenta Dilma Rousseff vetou o material – declarando, em 2015, que nenhum órgão governamental faria “propaganda de opções sexuais” nem interferiria na “vida privada das pessoas” (PASSARINHO, 2015). Percebia-se um recuo do governo, que alinhava o seu discurso com políticos das bancadas conservadoras na tentativa de manter a coalizão e sustentar a sua base de apoio, que já dava sinais de enfraquecimento – o que resultaria, no ano seguinte, no processo de *impeachment* de Rousseff. Como Deslandes (2015, p. 41) nota, a implementação do Escola sem Homofobia “tornou-se catalisadora de diversas e poderosas forças de resistência ao que posteriormente passou a ser conhecido como a ‘ideologia de gênero’ na educação nacional”. Ao passo que projetos de promoção à igualdade de gênero eram propostos, viu-se uma reação conservadora cada vez mais consistente. Mesmo com o veto ao programa, o kit anti-homofobia se tornou peça-chave no jogo político que se desenvolveria a partir de então.

**6** Pânico moral pode ser compreendido como as condições sociopolíticas em que uma pessoa ou coletividade é entendida como ameaça moral para uma determinada sociedade, ameaçando os valores que o grupo tem como estabelecidos (COHEN, 2011). Como resposta ao pânico, articulam-se a imprensa, o público, os agentes de controle social, os aplicadores da lei e os grupos de ação. Estes últimos agem na forma de empreendedores morais, conservacionistas da moral, tomando para si a tarefa de conter o avanço daquilo que identificam como o problema social (BECKER, 2009).

**7** Em junho de 2019, o STF aprovou a criminalização da homofobia e da transfobia no Brasil, com o mesmo tratamento penal que o racismo.

**8** Disponível em: <<https://bit.ly/3qZylRe>> e <<https://bit.ly/3uLqgSz>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

**9** Disponível em: <<https://bit.ly/3b0LHXL>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

**10** Disponível em: <<https://bit.ly/3b0LHXL>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

Dameres Alves, que a partir de 2019 ocuparia o cargo de Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro, discursava convocando evangélicos a se oporem à atuação do Estado, alegando que a homossexualidade era ensinada às crianças nas escolas, inclusive com a promoção de grupos de estudo para a masturbação de bebês. Gravado em 2013, um vídeo com essa fala foi amplamente compartilhado nas redes e traduzido em outros idiomas, levando à valorização política da pastora (NEVES, 2018). A cruzada moral contra uma agenda de direitos humanos se efetivou por meio de um recurso discursivo estratégico, “uma mudança na chave interpretativa na qual a expansão de direitos à população LGBT contida nas iniciativas governamentais era concebida como uma ameaça às crianças” (BALIEIRO, 2018). A construção dessa ameaça obteve intensa publicização pelas mídias, uma vez que a preocupação com a natureza dos comportamentos sociais, principalmente daqueles que seriam os mais afetados pelo mal generalizado, precisa ser sentida na opinião pública (GOOGE; BEN-YEHUDA, 2009).

A discussão sobre os Planos de Educação em âmbito nacional (2014), estadual e municipal (2015) também integra a consolidação da cruzada antigênero. Segundo Miskolci (2018), um grupo diversificado de empreendedores morais – laicos, evangélicos (neopentecostais ou não) e católicos – uniram-se na batalha para barrar iniciativas educacionais sob a perspectiva de gênero. Em junho de 2014, Rousseff sancionou o Plano Nacional de Educação (2014-2024), cuja versão final não menciona gênero. Consequentemente, houve veto à menção a gênero nos planos estaduais e municipais aprovados no ano seguinte.

Um empreendedor moral que ganhou projeção nacional nesse momento foi o Movimento Escola Sem Partido (ESP), fundado em 2004 com o objetivo de combater uma suposta “doutrinação política e ideológica na sala de aula” e a “usurpação do direito dos pais sobre a educação moral e religiosa de seus filhos” (QUEM..., 2021). Miguel (2016) afirma que a pauta moral só foi adotada pelo movimento durante as discussões sobre os planos educacionais, dando visibilidade ao grupo e fortalecendo as pautas organizadas em torno do perigo do “fantasma do gênero”. Na lista de inimigos, insere-se a figura do/a professor/a, que “passou a ser visto[a] como um intruso[a] nocivo[a] na sacralizada relação entre pais e filhos, algo atestado em slogans como ‘meus filhos, minhas regras’ ou ‘não se meta com meus filhos’” (BALIEIRO, 2018, [s.p.]).

Em decorrência das discussões sobre os planos educacionais, disseminou-se a noção de “ideologia de gênero”. Miskolci (2018) faz a ressalva de que tal “fantasma” se alastrou menos por meio de lideranças neopentecostais do que por católicas e laicas – contrapondo o que era amplamente noticiado pela imprensa à época. Essa observação é importante para não cairmos na ilusão de que o grupo de empreendedores morais é coeso. Um dos recursos recorrentes é identificar o grupo que combate a “ideologia de gênero” como “fundamentalistas religiosos”, classificação mais acusatória do que analítica (ALMEIDA, 2017). A complexidade dos cenários que caracterizam a cruzada moral aponta para a falibilidade dessas classificações precipitadas e elimina a chance de enxergar resistências dentro dos grupos religiosos (PEREIRA, 2018).

A gramática moral que organiza a cruzada antigênero reúne religiosos de variadas vertentes com diferentes grupos laicos, como o ESP e o Movimento Brasil Livre (MBL) – grupo político de direita caracterizado por uma agenda liberal, de Estado mínimo e antipetista. A associação da “ideologia de gênero” à esquerda permitiu uma aproximação de grupos de direita no espectro político nacional, sem necessária vinculação a alguma crença religiosa. A aliança entre esses grupos é circunstancial, já que eles possuem interesses diversos e sua relação é dependente do que denominam “ideologia de gênero” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Esta contextualização busca historicizar as estruturas que forjaram a consolidação da cruzada moral contra a “ideologia de gênero”. As disputas em torno desta cruzada decorrem das injunções enunciativas de diferentes campos sociais (político, religioso, educacional, artístico, cultural, midiático etc.) que travam embates e postulam inteligibilidades divergentes, inclusive opostas.

Vários atores encampam essa batalha, com destaque para os empreendedores morais. Uma de suas estratégias é a atribuição momentânea e deliberada de problemas sociais concretos a inimigos imaginários, que vão desde o comunismo a defensores dos direitos humanos e pessoas de gênero e sexualidade

dissidentes (MISKOLCI; PEREIRA, 2018). Se a campanha difamatória contra Butler consiste em operações de identificação com a figura da “bruxa”, alvo inquisitorial, essas manifestações são possíveis sobremaneira porque os sentidos que configuram essa cruzada já estavam sendo gestados. Como veremos, há trabalhos enunciativos em circulação na sociedade que antecedem à chegada da filósofa ao Brasil, com a formação de um campo problemático já em intensa ebulição acerca dos “perigos” da perspectiva de gênero.

## Formação do campo problemático

Ao examinar as pinturas que retratavam as bruxas no início do século XVI, Clark (2006) descreve características do léxico da bruxaria: a nudez do corpo, o erotismo, o sexo, a festividade e a brincadeira, compreendidas como um divertimento anormal (pecaminoso). Justamente por conhecerem as regras e os rituais, as bruxas romperiam essas regras através do manejo ritualístico. Isto porque, segundo o autor, a bruxaria, além de atrativa, é irracional, nulifica a influência da razão sobre o comportamento, podendo acometer qualquer um, em qualquer lugar ou circunstância. Desse processo derivam as evidências da “extensão com a qual a bruxaria passou a ser vista pelos cristãos fanáticos como sinônimo de licenciosidade sexual” (RICHARDS, 1993, p. 84). Em razão disso, nas representações do período, as bruxas aparecem em poses grotescas e se movem como em transe onírico, destruindo “a ideia de conduta ordenada, de conformidade com o processo civilizatório e, sugerem, o poder da fantasia e da paixão e os perigos da sexualidade” (CLARK, 2006, p. 39). Na reconstrução do campo problemático em que emerge o #ForaButler, observamos uma operação análoga: uma estratégia de identificação da heresia como prática frontalmente marcada pelo impulso sexual relacionado à bruxaria (RICHARDS, 1993).

Todo acontecimento constitui um campo problemático (QUÉRÉ, 2005), isto é, suscita e amplifica questões no tecido social que podem estar adormecidas ou em circulação restrita a setores específicos. Se a cruzada antigênero já estava em curso, dois eventos anteriores ao #ForaButler, no campo das artes, foram motrizes para sedimentar o terreno das hostilidades por alegação de libertinagem e depravação: a censura e o encerramento precoce da mostra *Queermuseu* e a intervenção polícialasca na performance artística *La Bête*. Em 10 de setembro de 2017, a mostra *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*, que ocorria havia três semanas no espaço Santander Cultural em Porto Alegre, foi encerrada antecipadamente devido a boicotes à exposição e ao banco mantenedor do espaço. A contenda iniciou quatro dias antes, com a publicação do artigo de opinião “Santander Cultural promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre” (CAVAZZOLA JR., 2017, grifo nosso), amplamente compartilhado em páginas de conteúdo conservador. A mobilização contrária à exposição foi potencializada pela publicação de vídeos de extremistas que, como inquisidores conectados à rede, visitaram e condenaram a mostra. Em um deles, o blogueiro afirma que as obras são “uma soma de putaria, sacanagem, perversão. Tudo incitando a pornografia, a pedofilia e a putaria”, mas que naquele museu eram “reconhecidas como arte”.<sup>11</sup> Com um discurso semelhante, outro blogueiro insiste no conflito, quando interpelado por funcionários do espaço, ao questionar por que a mostra era aberta a crianças: “tá ligado que isso aí é pedofilia?”<sup>12</sup>

A filmagem é uma operação central. Gravados com a câmera do celular, os vídeos têm baixa resolução e são mobilizados pelo teor testemunhal que apresentam, quem porta a câmera sendo, ao mesmo tempo, testemunha e acusador, guardião da boa moral. A imagem é tremida, opaca, ruidosa, com diálogos às vezes pouco compreensíveis. Os blogueiros caminham pela exposição, filmam as obras e as interpretam sob a lente da “ideologia de gênero”. O espectador acompanha os passos de quem filma, e a tensão au-

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3aYOKJr>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/30MEg0A>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

menta quando um deles é parado pelos seguranças e retirado do local. Filmado em modo *selfie*, a imagem captura a sua risada. Em poucas horas, os vídeos passaram a circular e foram capturados pelo MBL, um empreendedor moral com grande visibilidade nas redes.

A partir disso, o grupo arregimentou uma ofensiva contra a exposição, incitando manifestações on-line e nas ruas e boicotes ao Santander através da publicação de um vídeo, na sua página do Facebook, com a seguinte descrição: “O Santander cancelou uma amostra de ‘arte’ com material que contém pedofilia e zoofilia direcionado a publico [sic] escolar após pressão nas redes do MBL e de outros grupos de direita”.<sup>13</sup> O uso das aspas na palavra arte anula o trabalho da pesquisa artística e da curadoria da exposição. Desloca a arte para o campo da moral, sobretudo ao alegar que as obras eram direcionadas a crianças, mas que, graças à articulação dos grupos de direita, a exposição foi encerrada.

Dezesseis dias após o fechamento do *Queermuseum*, outro acontecimento passou a compor a cruzada em marcha. Durante a abertura do 35º Panorama de Arte Brasileira, realizado pelo Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, Wagner Schwartz apresentou a performance *La Bête*. Inspirada na série de esculturas móveis *Bichos*, de Lygia Clark, a performance permitia que o público interagisse com o artista, manipulando o seu corpo nu. Com a câmera do celular, alguém registrou o momento em que uma criança, acompanhada da mãe, toca o tornozelo do artista, que permanecia imóvel no chão.

Inserido na circulação midiática, o vídeo passou a ser compartilhado por grupos conservadores, como o MBL, que acusavam Schwartz de pedófilo e o MAM de incentivo à pedofilia. Um inquérito foi aberto pelo Ministério Público de São Paulo para averiguar se houve crime. Schwartz depôs durante quase três horas na 4ª Delegacia de Polícia de Repressão à Pedofilia e foi convocado, com os curadores e a mãe da criança, a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos, no Senado Federal. O artista foi perseguido, recebeu centenas de ameaças de morte e foi alvo de notícias falsas: em uma delas ele teria se suicidado; em outra, teria sido morto a pauladas (BRUM, 2018).

Por um processo de fragmentação, o vídeo captura um instante da performance. A imagem enquadra um homem nu e uma criança e cristaliza, pela lente da “ideologia de gênero”, a criança em iminente perigo diante da perversão sexual. Nos fluxos que encaminham a imagem na circulação, não importa o contexto, seu apagamento é estratégico. A acusação de pedofilia direcionada ao artista o situa como inimigo. Outros empreendedores morais, como religiosos e políticos conservadores, tomam lugar nessa batalha: Bolsonaro, por exemplo, relacionou a performance à pedofilia e xingou o artista de “canalha”; João Dória, então prefeito de São Paulo, tachou de “cena libidinosa” a situação e pediu a condenação do artista (BRUM, 2017).

Em ambos os casos, há um mesmo tropo discursivo: a criança sob ameaça, uma importante moeda de troca no discurso conservador, que capitaliza no campo político (BALIEIRO, 2018). A disputa discursiva ocorre nas redes digitais. Os vídeos no *Queermuseum* e no MAM carregam marcas de suas condições de produção – via operações de fragmentação, recorte, legendagem, apagamento, estética amadora, teor testemunhal etc. –, e, como imagens operativas, seus sentidos são reelaborados pelas dinâmicas da circulação. A pregnância das discussões sobre gêneros e sexualidades adensa um campo problemático propício à perseguição.

**13** Disponível em: <<https://bit.ly/3lDBEM5>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

**14** Já eleito presidente da República, Bolsonaro (2018) incluiu o canal de Küster em uma lista de “excelentes canais de informação no YouTube”. Em 2020, o YouTube desmonetizou o canal, alvo de investigações do STF no inquérito das Fake News, que apura uma rede de disseminação de notícias falsas e ataques a autoridades (PRAZERES, 2020). Por decisão do STF, as plataformas Facebook, Instagram e Twitter suspenderam algumas contas pró-Bolsonaro, entre elas a de Küster (PODER360, 2020).

## Atendendo a um chamado

As manifestações contrárias à vinda de Butler têm como ponto de partida a publicação de um vídeo no canal de YouTube do blogueiro Bernardo Küster,<sup>14</sup> autoproclamado o maior influenciador católico do país. No vídeo *#FORABUTLER – A criadora da ideologia de gênero vem ao Brasil*, ele a responsabiliza pela “ideologia de gênero” e arregimenta o boicote, mobilização indexada pelo uso da *hashtag*.

Artigos apontam que o YouTube se tornou uma seara da extrema-direita em diferentes países, inclusive no Brasil (CÓRDOVA, 2019; ESTEVES, 2020; FISCHER; TAUB, 2019; TUFEKCI, 2018). Isso decorre do sistema de recomendações de conteúdo da plataforma, que interliga páginas que propagam desinformação e teorias conspiratórias. A “ideologia de gênero” é uma entre tantas invenções que ganham robustez nesses canais e circulam para além do YouTube, visto que esse material é compartilhado em outras plataformas e aplicativos de mensagem. A forte presença de conteúdo conservador nas redes digitais indica o quanto grupos extremistas conseguiram se adaptar a esses meios, assimilando um conjunto de operações que permitem a produção e a difusão de conteúdo ideológico (ALBUQUERQUE; QUINAN, 2019).

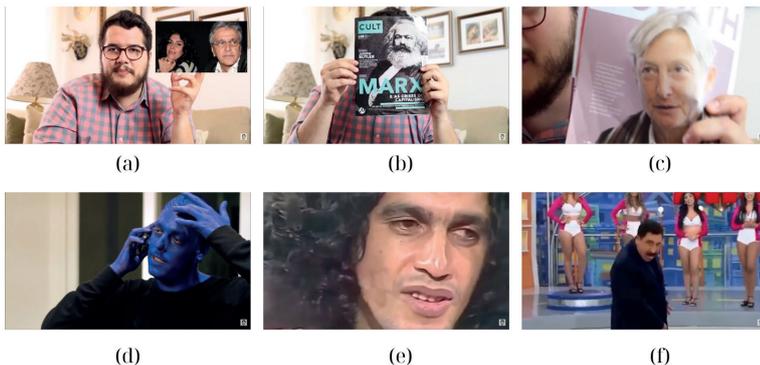
Deparamo-nos com um cenário informacional colapsado (HENN, 2019), marcado pela disseminação de conteúdos hiperpartidarizados, falsos ou distorcidos, perseguição de adversários, utilização de *bots* e *trolls* em ações orquestradas e automatizadas e assimetrias na visibilidade pública dos grupos políticos (ALVES, 2019). Como argumenta Schradie (2019), grupos conservadores têm obtido maior sucesso em suas campanhas digitais, sobretudo porque são os que detêm poder político e econômico, o que facilita a coordenação de ações que partem de núcleos centralizados e organizados hierarquicamente para a manutenção de suas agendas.

Como lembra Federici (2017), a caça às bruxas na Europa representou um contexto de hostilidade das elites intelectuais e econômicas contra os camponeses, reforçando uma ordem patriarcal que, ao expropriar as terras, aprofundou as diferenças sociais e deteriorou as relações comunitárias, colocando os corpos das mulheres, seus poderes sexuais e reprodutivos sob o controle do Estado. Além disso, foi a primeira forma de coalizão social utilizada para a perseguição “que usou propaganda multimídia com o objetivo de gerar uma psicose em massa entre a população” (FEDERICI, 2017, p. 299). Para a autora, era tarefa primordial da imprensa alertar o público sobre os perigos da bruxaria, “por meio de panfletos que publicizavam os julgamentos mais famosos e os detalhes de seus feitos mais atrozés” (FEDERICI, 2017, p. 299).

Se os recursos de fragmentação, no caso *La Bête*, e de gravação denunciatória *in loco*, no *Queermuseu*, lograram êxito, o vídeo de Küster é peça-chave para apreender as operações da campanha difamatória, pois anuncia os “perigos da bruxaria” e convoca a população à caçada à bruxa. Eliade (1979) argumenta que apologistas católicos, ocultistas e escritores de perspectiva ultraconservadora acreditavam na ação do demônio nas práticas da bruxaria, supostamente compostas por reuniões secretas de adoração a Satã, culto da Missa Negra, infanticídio, canibalismo e orgias. A demonologia cristã passou, então, a classificar como bruxaria as costumeiras viagens para os ritos de fertilidade e saúde, considerando-as pagãs. A viagem para o Sabá, no entanto, revelaria a imagem tradicional da bruxa indo “ao Baile dos feiticeiros, venerar o Demônio e beijar suas partes traseiras” (ELIADE, 1979, p. 80), como forma de encontrar seus iguais e renovar o pacto.

Elementos no vídeo de Küster remetem a essa ideia de viagem, convenção e reunião “satânicas”. Ele relembra que Butler veio pela primeira vez ao Brasil, em 2015, a convite da revista *Cult*, da qual são colunistas, ele frisa, os filósofos e professores universitários Marcia Tiburi e Vladimir Safatle. Ele prossegue: “Essa revista é um dos centros que consegue congrega todas essas ideias, fazendo apologia a Karl Marx, por exemplo”. E elenca termos aparentemente sem conexão (Figura 1a):

*Queermuseu* e Museu de Arte Moderna de São Paulo. Caetano Veloso e Paula Lavigne. Wagner Moura e o filme do Marighella. O [Miguel] Falabella vestido de mulher. A USP e o evento da Criança Viada Travesti na escola. A Globo tira sarro dos seus telespectadores. Tudo isso são atualizações de uma só potência (KÜSTER, 2017, on-line).



**Figura 01:** Frames do vídeo de Küster

**Fonte:** Elaborada pelos autores a partir de Küster (2017, on-line).

Essa introdução demarca uma estratégia semiótica de construção do medo (LOTMAN, 2008) que desenha um cenário a partir da nomeação de uma série de inimigos – situados nos campos acadêmico, artístico e cultural. As situações e pessoas elencadas por Küster não têm relação direta entre si, mas são, segundo ele, “atualizações de uma só causa”, que os “conservadores e os direitistas estão combatendo”, mas malogrando fracasso. Ele mostra a capa de uma das edições da *Cult* e diz: “Quando você olha essa revista aqui, você olha diretamente para a cara de Karl Marx. Mas na verdade o que você não está vendo é a coisa central dessa revista. [...] É esse nome aqui: Judith Butler” (figuras 1b e 1c).

Küster questiona seu espectador sobre quem é a filósofa, e logo responde: “Judith Butler é a verdadeira ideóloga por trás de toda essa questão de gênero”. Ele mostra o livro *Problemas de gênero: o feminismo e a subversão da identidade*, de Butler, e destaca que nele se encontra “a síntese de todas as correntes que, no final, foram sintetizadas por ela e então promoveram a ideologia de gênero como nós a conhecemos hoje”. Segundo Küster, ideologia “é um véu, um vestido de ideias que cobre um objetivo político por trás que ninguém quer saber”.

Ao analisar a caça às bruxas ocorrida na Europa ocidental entre os séculos XVI e XVII, Lotman (2008) menciona, dentre outros fatores, uma relação entre o aumento do medo e o êxito da imprensa que outorgou uma envergadura sem precedentes à literatura demonológica. Se há obras que estudam os demônios – inclusive os modernos, como Küster mostra no vídeo –, há também a identificação daquelas obras que congregam os ensinamentos da “bruxaria”, publicações prescritivas – neste caso, para o blogueiro, *Cult* e *Problemas de gênero*, que precisam ser conhecidas do grande público em seu teor e autoria para serem combatidas.

Küster (2017, on-line) lê e comenta trechos do livro de Butler: “Ela diz assim: ‘talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável’. Qual tipo de política feminista? ‘Uma que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político’”. Ele interpreta “objetivo político” como um projeto de dominação maligna e sublinha: “Não adianta combater apenas ideias, nós temos que combater agentes históricos reais que as promovem”. E convoca:

Você aí, conservador, cristão, católico, protestante, liberal, ateu, mas que não concorda com essa coisa, veja o que ela diz aqui: “temos visto como os reacionários e conservadores também podem ir às ruas. Não podemos impedir o exercício da liberdade, mas podemos – e devemos – [diz ela] reunir mais pessoas”. Pois é, é isso que nós temos que fazer: exercer a nossa liberdade e reunir mais pessoas para ir lá naquele evento protestar contra Judith Butler (KÜSTER, 2017, on-line).

Esta convocação é endereçada a um amplo – até divergente – conjunto de atores, o que, em alguma medida, assemelha-se à natureza política da caça às bruxas do período inquisitorial europeu. Federici (2017, p. 303) salienta esse aspecto quando menciona que a caça às bruxas foi “o primeiro terreno de unidade na política dos novos Estados-nação europeus, o primeiro exemplo de unificação europeia depois do cisma provocado pela Reforma”. A bruxaria era um inimigo comum de nações católicas e protestantes, mesmo quando estas estavam em guerra.

Com quase dez minutos de duração, o vídeo de Küster reproduz um estilo comum na linguagem de *youtubers*: fala direta para a câmera em um cenário fechado. Há inserções de imagens que ilustram suas falas e a utilização de memes que reforçam a satirização da filósofa. Duas inserções meméticas são recorrentes nessa operação de ridicularização: o trecho de uma entrevista em que o cantor Caetano Veloso fala “cê é burro, cara” e a cena de esquete em que o humorista Fábio Porchat repete o nome “Judite” (figuras 1d e 1e).

Ele também insere cenas do *Programa do Ratinho* (SBT) nas quais o apresentador afirma que se a criança “nasceu com pintinho, é machinho; nasceu com periquitinha, é feminina” e “ô, gente, vamos parar com essa frescura: nasceu com pinto é homem, nasceu com teretetê é mulher, pô” (Figura 1f). Para Küster, Ratinho sintetiza “o verdadeiro brasileiro” por falar “em nome de todos os brasileiros [...], ao contrário da [Rede] Globo lixo”. No final, convida os espectadores a assinarem a petição no CitizenGo.

Tal roteiro parece evocar aquele descrito por Lotman (2008) acerca da caça às bruxas há cinco séculos: identifica o mal, uma minoria organizada, mas perigosa; indica os seus preceitos; dá contornos conspiratórios a esse grupo; inscreve-o no terreno da “perversidade” (sexual) e incita uma reação. A efetividade das operações midiáticas do vídeo se confirma pelos seus efeitos, isto é, pelo que dispara na atividade circulatória das redes. Vejamos na sequência a análise de mais três materiais: a produção de uma notícia falsa; as publicações de atores políticos; e montagens postadas por atores sociais.

Naquela mesma semana, o site *Jornal da Cidade On-line* (PROFESSORAS..., 2017),<sup>15</sup> notabilizado pela disseminação de informações enganosas, publicou o texto “Professoras forçam menino de 6 anos a passar batom (veja o vídeo)”, que relaciona esta denúncia à difusão da “ideologia de gênero” nas escolas, remetendo à visita de Butler ao Brasil. O texto convoca à manifestação, especialmente nas redes digitais, indicando *hashtags*: #ForaButler, #ideologiadegeneronao, #comunistabutler, #chegadecomunismonobrasil. Um levantamento realizado pelo Monitor do Debate Político no Meio Digital<sup>16</sup> à época apontou que o vídeo tinha, no Facebook, mais de 2 milhões de visualizações e 80 mil compartilhamentos. Após checagem, constatou-se que a gravação integrava uma denúncia de maus-tratos que não tinha relação nem com batom nem com a filósofa – as professoras estariam forçando o aluno a engolir uma cápsula de suplemento alimentar (AGUIAR, 2017). Entretanto, depois de ingressar na circulação, os caminhos percorridos pela imagem nas redes digitais são múltiplos, e seu fluxo, irrefreável.

Há duas operações importantes: a manipulação do vídeo e a produção de uma notícia falsa (Figura 2). Como a imagem é opaca, a composição da edição opera por indução. Há uma tarja que diz “PROFESSORAS FORÇAM CRIANÇA A PASSAR BATOM”, tanto explicativa – embora mentirosa – quanto atrativa, pois captura a atenção ainda que o vídeo esteja mudo. A marca do MBL indica uma autoria da edição. Já o texto do

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3c2Yd9y>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/2PcElyy>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

*Jornal da Cidade On-line*, editado como uma matéria jornalística, engana ao distorcer a informação sobre o vídeo. A expressão “veja o vídeo” da manchete é uma operação enunciativa que indica uma evidência de verdade, uma prova material. Ademais, a fotografia do menino que ilustra o material, sem crédito e retirada de um banco de imagens, opera na construção da imagem da criança ameaçada.



Figura 02: Falseamento de informações

Fonte: Capturas de tela a partir de Aguiar (2017) e *Jornal da Cidade On-line* (2017).

Múltiplos atores investiram na construção do #ForaButler, dentre eles figuras de expressividade pública. O ator Alexandre Frota, que seria eleito deputado federal no ano seguinte, fez forte campanha em seus perfis nas redes contra Butler, xingando-a e celebrando a “queima da bruxa” (Figura 3a). O pastor e deputado federal Marco Feliciano convocou seus seguidores por meio de um vídeo em que chama Butler de “anarquista sexual” e “abortista” (figuras 3b e 3c). Pastor Everaldo, um político evangélico, produziu um vídeo “em defesa da família” heteronormativa (Figura 3d), no qual imputa à filósofa a criação de uma ideologia “diabólica” e “satânica”. A jornalista Joice Hasselmann, eleita deputada federal em 2018, fez uma transmissão ao vivo para “explicar” os motivos que tornavam Butler uma ameaça.



(a) tweet de Alexandre Frota



(b) vídeo de M. Feliciano



(c) vídeo de M. Feliciano



(d) vídeo de Pastor Everaldo

Figura 03: Imagens que retratam Butler como inimiga

Fonte: Elaboradas pelos autores a partir de coleta nas redes.

As operações que compõem os vídeos de Feliciano e Everaldo apontam um trabalho enunciativo que ajuda a compreender os sentidos em circulação. O de Feliciano apresenta efeitos de sobreposição e justaposição de fotografias de Butler com mãos ensanguentadas, o rosto assustador na penumbra, fetos humanos e barrigas de mulheres grávidas com uma força, acionando sentidos que constroem a figura da filósofa como uma “abortista”, “criminosa”, “assassina”, ou seja, uma agente da morte. Como aponta Lotman (2008), as ficções sobre as comunidades perigosas remetem a estereótipos acusatórios fixos que se repetem na história da cultura, acusações estas ligadas, sobretudo, a assassinatos e delitos sexuais.

Já o vídeo de Everaldo<sup>17</sup> recorre a imagens da “família ameaçada”, convocando católicos, evangélicos e o povo brasileiro de forma geral a combater as “ideias satânicas” que estariam ameaçando a família, base da sociedade e dos valores morais. Se no passado a bruxaria colocava as famílias cristãs em risco, na atualidade, esse papel é associado à “ideologia de gênero”: “Estamos falando da minha família, da sua família, da nossa família, da união abençoada entre Deus, o homem e a mulher. Esta família está ameaçada pela chamada ideologia de gênero”. Nessa operação, o vídeo inscreve a filósofa como uma agente da destruição dos lares, das famílias, dos papéis de gênero, assentamento sagrado da própria sociedade, da mesma maneira que exclui da benção existencial qualquer arranjo familiar que não o cis-heteronormativo. Quando utiliza os pronomes possessivos “minha”, “sua” e “nossa”, a narradora do vídeo delimita as fronteiras do perigo e convoca o coletivo ameaçado ao combate.

Nas redes digitais, outros atores sociais também atenderam ao chamado. Parte dessa apropriação se articula pela indexação na hashtag #ForaButler e não se restringem ao binômio morte/destruição acionado pelos vídeos-convocação dos pastores. Nessas produções, identifica-se sentidos relativos a figurações satânicas e à perversão sexual. Dentre as várias representações, algumas imagens mostram Butler com chifres mefistofêlicos. Em seu rosto, há marcas da besta, com as inscrições *asshole* (babaca) e “lixo”. Ela é classificada como pervertida sexual, exterminadora das famílias e terrorista (Figura 4).

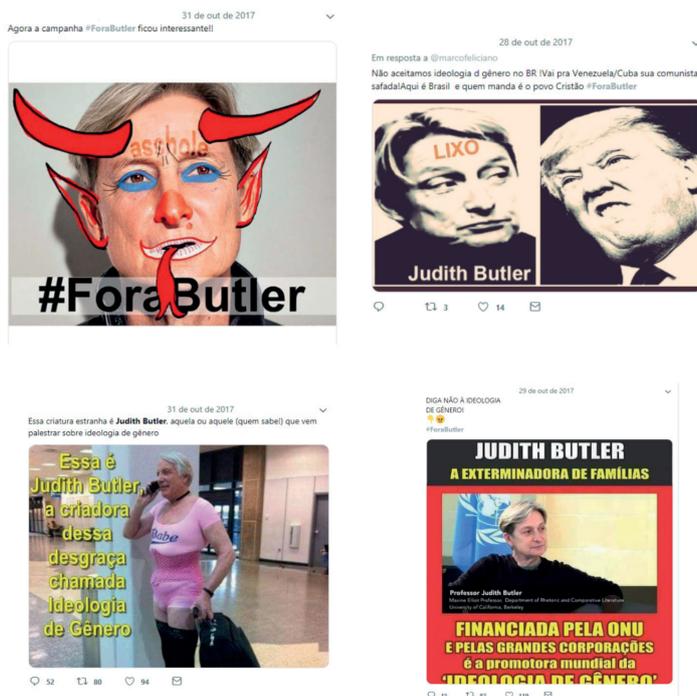


Figura 02: Construções de Butler enquanto ameaça

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de coleta nas redes.

As figuras 3 e 4 apontam operações que constroem a figura de Butler como uma ameaça. O recurso à sua identificação é central na caçada à bruxa, com a produção de memes e vídeos que tornam visíveis as suas múltiplas, engenhosas, bizarras e assustadoras faces. Isto porque a bruxaria satânica se assentou na imagem refletida, porém invertida, da fé cristã:

Satã e seus demônios eram a contrapartida de Deus e seus anjos. Exaltavam o mal e não o bem, e veneravam a carne acima do espírito. Enquanto o cristianismo valorizava o celibato acima de tudo, os satânicos exaltavam a promiscuidade. Suas cerimônias parodiavam os rituais cristãos com símbolos cristãos abertamente aviltados e uso de cinzas de crianças em seu pão, escarnecendo da doutrina da Transubstanciação (RICHARDS, 1993, p. 82-83).

Esse imaginário enseja a fabricação da bruxa, que, na processualidade da circulação midiática, vai sendo construída, ratificada, reconhecida e reelaborada até se corporificar fora das redes digitais, mas instruída por elas. Em defesa da “ideologia do Gênesis”, como bradavam os contemporâneos inquisidores, a inimiga foi queimada. Embora não seja o objetivo, a campanha difamatória contra Butler pode ser interpretada à luz de suas teorias. Se o que nos faz humanos, como ela afirma, é o reconhecimento de nossa vulnerabilidade na esfera pública (BUTLER, 2019), as operações aqui analisadas demonstram processos que desumanizam Butler por meio não da invisibilidade, mas da excessiva exposição de sua figura marcada por signos demoníacos. Tal enquadramento a exclui dos mundos possíveis e a torna não só uma vida não vivível, mas algo a ser exterminado.

## Considerações finais

Em 1484, H. Kramer e J. Sprenger, teólogos da Ordem dos Monges Dominicanos, autorizados por Inocêncio VIII escreveram um dos principais documentos que estiveram à bancada dos julgamentos e condenações à fogueira durante três séculos de Inquisição. Dividido em três partes, o *Malleus Maleficarum* dava aos legisladores e operadores da lei as condições necessárias para o reconhecimento da bruxaria no cotidiano das populações locais e instruía quanto às medidas judiciais e civis do tribunal, da instauração do processo até os métodos para lavrar as sentenças. No documento, a justa medida dependia, primeiramente, do reconhecimento da bruxa: por exemplo, pelo poder de invocar tempestades, de surrupiar o pênis, privando o homem da virilidade, ou de transformar recém-nascidos em pomada oferecida ao Diabo. Ensinar formas de reconhecer a bruxa convocava a população à santa tarefa da denúncia.

Na cruzada moral contemporânea, essa dimensão se atualiza na configuração das arenas morais públicas, sejam elas institucionalizadas ou não, na conversão de capitais morais e religiosos em capitais político-eleitorais ou de celebração e na velocidade de produção e circulação de conteúdos editáveis nas redes digitais. No caso em análise, além da denúncia, essas operações funcionam como forma de condenação da bruxa pelos males que ela representa e sinalizam a necessidade de sua execução pública. O ato simbólico de queima na fogueira e a perseguição da filósofa no aeroporto, certificando-se de sua partida (expulsando o inimigo), equivalem-se e remetem à execução sumária da bruxa ou à aniquilação de seus poderes.

Os conteúdos produzidos pelos atores sociais, sejam políticos ou internautas anônimos, circulam em grande medida sem preocupação partidária clara ou à revelia de um projeto definitivamente coeso. Ainda que seja possível identificar a necessidade de salvaguarda das crianças e o medo da destruição do modelo que identificam como “família”, aglutinam-se múltiplos posicionamentos como crítica à mídia, aos partidos políticos, à militância LGBTQIAP+, ao marxismo, ao entretenimento midiático (em especial a telenovela), à política nacional e internacional, à ONU, à “esquerda mundial”, aos direitos humanos etc. Numa torrente informacional colapsada, essa irradiação temática converge, porém, pela força que a cruzada moral contra a “ideologia de gênero” angariou em uma significativa parcela da sociedade brasileira, constituin-

do-se em alavanca simbólica para atuações políticas conservadoras e regressistas no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos civis, principalmente os direitos sexuais e reprodutivos.

As operações midiáticas indicam um alinhamento ideológico que identifica em Butler a fonte daquilo que deve ser combatido – a própria “ideologia de gênero” e, ao combatê-la, receber as glórias do *bom combate*.<sup>18</sup> No entanto, esse acontecimento é interpretado como uma das múltiplas faces do mal a ser combatido. Apesar de importante, não é o único, certamente nem o primeiro nem o último – remetendo a outros acontecimentos que alimentam a continuidade da vigilância desproporcional própria da manutenção do pânico moral.

Produzindo novas imagens, as operações midiáticas servem de matrizes para a formulação das inteligibilidades sociais ao produzirem, elas próprias, novos objetos. É o caso do chamado do blogueiro que faz proliferar uma série de respostas que constroem a imagem da bruxa-filósofa, representada como terrível, perigosa e diabólica. Como operação midiática, o chamado à inquisição, impulsionado nas redes digitais, produz aquilo que combate. A imagem da bruxa é o que confere poder a ela. E é dando-lhe poder que se autoriza a fogueira.

**18** Na referência bíblica, Timóteo 4:7-8, ao bom combatente resta esperar a glória da coroação.

## Referências

AGUIAR, T. Vídeo não mostra professoras obrigando menino a usar batom. **Lupa**, 1 nov. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2PcElYy>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

ALBUQUERQUE, A.; QUINAN, R. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anticiência do canal “Professor Terra Plana”. **Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 13, n. 3, p. 83-104, 2019.

ALMEIDA, R. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175001, 2017.

ALVES, M. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018**. 399 f. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

BALIEIRO, F. F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185306, 2018.

BECKER, H. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BETIM, F. As vozes da pequena grande batalha do Sesc Pompeia. **El País**, 7 nov. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3jyPw9a>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BOLSONARO, J. M. **Seguem algumas opções de excelentes canais de informação no youtube!**. Brasil, 12. nov. 2018. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://bit.ly/38UDGSL>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRUM, E. Como fabricar monstros para garantir o poder em 2018. **El País**, 31 out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/30SY8iE>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. “Fui morto na internet como se fosse um zumbi da série The Walking Dead”. **El País**, 12 fev. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2QdzYx6>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CAVAZZOLA JR., C. A. Santander Cultural promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre. **Lócus**, 6 set. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3dUcy9M>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CLARK, S. **Pensando com demônios: a ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna**. Tradução de Celso Mauro Paciornick. São Paulo: Edusp, 2006.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics: the Creation of the Mods and Rockers**. Nova York: Routledge, 2011.

CÓRDOVA, Y. Como o YouTube se tornou um celeiro da nova direita radical. **The Intercept Brasil**, 10 jan. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3cKecbY>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CORRÊA, S. **Gênero ameaça(N)do – Sônia Correa: “Ideologia de gênero”**: rastros perdidos e pontos cegos. 2017. (31m42s). Disponível em: <<https://youtu.be/VWBJ6GX2Umo>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185301, 2018.

DESLANDES, K. **Formação de professores e Direitos Humanos**: construindo escolas promotoras da igualdade. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: Editora UFOP, 2015.

EDER, J.; KLONK, C. Introduction. In: EDER, J.; KLONK, C. (Ed.). **Image Operations: Visual Media and Political Conflict**. Manchester: Manchester University Press, 2017. p. 1-22.

ELIADE, M. **Ocultismo, bruxaria e correntes culturais**: ensaios em religiões comparadas. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

ESTEVES, B. O algoritmo da ágora. **Piauí**, jan. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2Qblaio>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FAUSTO NETO, A. Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação?. In: BRAGA, J. L. et al. (Orgs.). **Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2019. p. 45-66.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sicorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FISCHER, M.; TAUB, A. How YouTube Radicalized Brazil. **The New York Times**, 11 ago. 2019. Disponível em: <<https://nyti.ms/3eOh4qS>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

GOODE, E.; BEN-YEHUDA, N. **Moral Panics**: the Social Construction of Deviance. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.

HENN, R. Jornalismo em rede, conectividades e as reconstituições dos memes do fascismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17., 2019, Goiânia. **Anais...** Goiânia: SBPjor, 2019.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KÜSTER, B. P. **#FORABUTLER – A criadora da ideologia de gênero vem ao Brasil**. 2017. (9m35s). Disponível em: <<https://bit.ly/3diwa7a>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

LEITÃO, D. K.; GOMES, L. G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica**, Niterói, n. 42, p. 41-65, 2017.

LOTMAN, Y. Caza de brujas: la semiótica del miedo. **Revista de Occidente**, Madrid, n. 329, p. 5-33, 2008.

MACHADO, M. D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, e47463, 2018.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185302, 2018.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.

MISKOLCI, R.; PEREIRA, P. P. G. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185300, 2018.

NEVES, F. Como o “kit gay” ajudou Damares Alves a chegar ao primeiro escalão. **The Intercept Brasil**, 12 dez. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3c6O0sT>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PASSARINHO, N. Governo não fará “propaganda de opção sexual”, diz Dilma sobre kit. **G1**, 26 maio 2015. Disponível em: <<https://glo.bo/2O9EeMR>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PEREIRA, P. P. G. Judith Butler e a pomba-gira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185304, 2018.

PRAZERES, L. Google determinou desmonetização de canal de blogueiro bolsonarista investigado pelo STF. **O Globo**, 12 ago. 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/3iKNKSj>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PROFESSORAS FORÇAM MENINO de 6 anos a passar batom (veja o vídeo). **Jornal da Cidade**, on-line, 27 out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3c2Yd9y>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

QUEM Somos. **Escola Sem Partido**. Disponível em: <<http://escolasempartido.org>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Lisboa, v. 6, p. 59-75, 2005.

RICHARDS, J. **Sexo, desvio e danação**: as minorias na Idade Média. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SCHRADIE, J. **The Revolution That Wasn't**: How Digital Activism Favors Conservatives. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

TUFEKCI, Z. YouTube, the Great Radicalizer. **The New York Times**, 10 mar. 2018. Disponível em: <<https://nyti.ms/3qVu949>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

TWITTER E FACEBOOK suspendem contas pró-Bolsonaro por decisão de Moraes. **Poder360**, 24 jul. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/30ZnET2>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.

## **Informações para textos em coautoria**

### **Concepção e desenho do estudo**

Marlon Santa Maria Dias e Alisson Machado

### **Aquisição, análise ou interpretação dos dados**

Marlon Santa Maria Dias e Alisson Machado

### **Redação do manuscrito**

Marlon Santa Maria Dias e Alisson Machado

### **Revisão crítica do conteúdo intelectual**

Marlon Santa Maria Dias e Alisson Machado

## **Informações sobre o artigo**

### **Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese**

Não se aplica

### **Fontes de financiamento**

O presente trabalho foi realizado com apoio parcial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

### **Considerações éticas**

Não se aplica.

### **Declaração de conflito de interesses**

Não se aplica.

### **Apresentação anterior**

Uma prévia do trabalho foi apresentada no III Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais, 2019, São Leopoldo (RS).

### **Agradecimentos/Contribuições adicionais**

Não se aplica.